

TRAÇOS PRESCRITIVISTAS EM *A LÍNGUA DO BRASIL*

Saul Cabral GOMES JR.¹

Resumo: Este trabalho, inserido no âmbito da Historiografia Linguística, visa a investigar as manifestações do prescritivismo em *A língua do Brasil*, obra com que Gladstone Chaves de Melo inicia sua produção científica. A fundamentação teórica tem como base a noção de *horizonte de retrospectão*, estabelecida por Auroux (2006). O método utilizado é aquele proposto por Swiggers (1984), que preconiza a focalização dos diferentes “pontos de vista” em Linguística. Comprova-se que, em *A língua do Brasil*, o prescritivismo manifesta-se de dois modos: 1) critério da lógica; 2) retórica sarcástica. Conclui-se que, na obra introdutória de Melo, ele empenhou-se em defender *uma* norma: a língua que une Brasil e Portugal.

Palavras-chave: Historiografia Linguística. Norma. Prescrição.

Introdução

Ao se iniciar o século XX, começou a se desenvolver no Brasil – paralelamente à investigação filológica – um outro tipo de estudo da língua: a pesquisa dos falares brasileiros. O empreendimento da investigação desses falares assinalou a metalinguagem brasileira produzida na primeira metade do século passado, período em que no âmbito nacional se consolidou a pesquisa dialetológica, configurada a partir da produção abundante de obras destinadas ao português do Brasil. Em tal contexto, Gladstone Chaves de Melo produz *A língua do Brasil*, vinda a lume em 1946.

Nessa obra, Chaves de Melo estabelece uma oposição à *escola da língua brasileira*, denominação atribuída por Melo à corrente constituída pelos filólogos que defendiam a existência de uma língua propriamente brasileira. O autor direciona sua pesquisa sobre os traços próprios do português brasileiro para a tese da diferenciação estilística, propondo que o português do Brasil e o de Portugal são uma só língua, ramificada em *estilos diversos*.

¹ FAFE – Faculdade Fernão Dias – Professor de Língua Portuguesa. Osasco – São Paulo – Brasil. 06016-030. muiraquitana.saul@bol.com.br

<http://dx.doi.org/10.21165/gel.v13i2.1424>

Seguindo a trilha epistemológica de Sílvio Elia², Melo propõe que a língua portuguesa é um sistema único, que se adapta aos diferentes universos orgânico-socioculturais correspondentes a Portugal e Brasil. Dessa adaptação, provêm estilos diversos, ou seja, diferentes *escolhas lexicais*, condizentes com os distintos “modos de ser nacional” dos países mencionados.

Embora esteja assentada numa proposição de caráter investigativo, *A língua do Brasil* comporta traços prescritivistas. À exposição desses traços, destina-se este trabalho, alicerçado teoricamente na noção de *horizonte de retrospecção*, estabelecida por Auroux (2006), para quem não se pode analisar a elaboração do conhecimento sem a vincular à temporalidade, à confluência de fatos no bojo da qual todo saber é produzido. No interior dessa afluência de fatos, instaura-se um conjunto de conhecimentos que antecedem uma atividade cognitiva e que para ela contribuem decisivamente. A esse conjunto de conhecimentos, o teórico francês atribui a denominação de *horizonte de retrospecção*.

Neste estudo, inserido no âmbito da Historiografia Linguística, recorre-se ao suporte metodológico oferecido por Swiggers (1984). O autor afirma que o dinamismo inerente à produção científica gera a instauração contínua de “pontos de vista” em Linguística, os quais constituem visões epistemológicas que podem coexistir num mesmo material de pesquisa. Considerando-se tais “pontos de vista”, ao se analisar o prescritivismo existente em *A língua do Brasil*, estende-se o olhar analítico aos contornos conceptuais nos quais as manifestações prescritivas ocorrem.

Tais manifestações, objeto de estudo no qual se concentra este artigo, contrastam com o ambiente investigativo da embrionária Dialetologia brasileira. Dessa forma, antes de se explicitarem os traços prescritivistas presentes em *A língua do Brasil*, faz-se conveniente que se demonstre o cunho dialetológico dessa produção.

O caráter dialetológico da obra

Evidencia-se, principalmente, ao se observarem dois procedimentos verificáveis em *A língua do Brasil*³:

1. Explicação de noções dialetológicas

² Para este trabalho, consultou-se Elia (1961).

³ Ao se fazer necessária a transcrição de passagens de *A língua do Brasil*, adotar-se-á o seguinte esquema de citação: sigla do livro (LB) seguida imediatamente do número da página da qual se extraiu o fragmento.

No capítulo “A língua portuguesa no Brasil”, com o qual Chaves de Melo introduz a obra, o autor arrola concepções intrínsecas à Dialetologia.

Ao se iniciar o tópico *Conceito de unidade linguística*, expõe-se que “as línguas são fatos humanos” e que, em virtude disso, sobre elas também incide a diversidade verificada nas sociedades. Declara Melo (LB, p. 22):

Realmente, a “unidade linguística” não é como a identidade geométrica. Em geometria, dois triângulos são iguais quando têm os três ângulos e os três lados iguais. Mas nas línguas não é assim. As línguas são fatos *humanos* e, portanto, participam da variedade e da instabilidade do homem e das sociedades. Desde que uma língua começa a ser falada, entra a sofrer influências de um sem-conto de agentes diversificadores que dão logo nascimento a aspectos linguísticos diferentes.⁴

A análise do termo *unidade linguística*, empreendida a fundo por Chaves de Melo, leva o autor a reiterar a afirmação de que existem “vários aspectos linguísticos”:

Língua absolutamente *una* é abstração, por sem dúvida. Mas também não é possível edificar uma Linguística baseada nas execuções individuais das línguas. Mesmo porque “non datur scientia de individuo”, como dizem os filósofos. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. A análise razoável de qualquer idioma nos revela para logo a existência de vários *aspectos* linguísticos bem caracterizados.⁵ (LB, p. 23)

Nas considerações do pesquisador, da utilização de concepções inerentes à esfera dialetológica, transita-se para o emprego de uma terminologia propriamente dialetológica, a começar pela definição de *dialetos*. Para elaborar essa conceituação, o filólogo recorre a Bluteau:

[...] Tais aspectos linguísticos se chamam *dialetos*, que se podem definir, com o velho dicionarista BLUTEAU, “modo de falar próprio e particular de uma língua nas diferentes partes do mesmo reino: o que consiste no acento, ou na pronúncia, ou em certas palavras, ou no modo de declinar e conjugar”. Não cabe aqui entrar em análises mais miúdas. Basta-nos sinalar que os *dialetos* são aspectos *regionais* de uma língua, elaborados ao longo do tempo e que se caracterizam pela espontaneidade de sua formação. (LB, p. 23)

Da conceituação de Bluteau, utilizara-se Sousa da Silveira, em *Lições de português*. O filólogo brasileiro, por sua vez, extraiu-a de *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, obra do cânone lusitano Leite de Vasconcelos. Silveira (1952, p. 379-380), componente fundamental

⁴ As citações conterão, precisamente, a grafia original dos fragmentos extraídos de *A língua do Brasil*.

⁵ Nesse fragmento, identifica-se um primeiro traço saussuriano, estabelecido a partir do instante em que Melo assevera que o objeto de investigação da Linguística não podem ser as realizações individuais da língua, deixando latente a concepção de que é na *produção social* dos usuários da língua que se deve concentrar a análise dos linguistas.

do baluarte epistemológico de Melo, já concedera atenção a questões dialetológicas, valendo-se da conceituação bluteauniana para estabelecer a asserção de que no Brasil se fala um *dialeto*:

Falamos então um dialeto?

[...] Sim, dando ao vocábulo a definição com que o apresenta o mestre da filologia portuguesa, o Dr. José Leite de Vasconcelos, que a toma de Bluteau:

“Dialeto: modo de falar próprio e particular de uma língua nas diferentes partes do mesmo reino: o que consiste no acento, ou na pronúnciação, ou em certas palavras, ou no modo de declinar e conjugar.”

Após definir *dialetos*, mantendo-se empenhado na exposição de termos dialetológicos, Melo volta-se para a conceituação de *gírias*:

Há, paralelamente aos dialetos, outras modalidades de linguagem bem típicas: as *gírias*. Modismos são êstes de linguagem própria dos *grupos sociais*. Mormente dos grupos coesos, unidos, conscientes de si mesmos. É a linguagem dos soldados, dos marinheiros, dos ladrões, dos estudantes, dos desportistas, etc.

Quando o grupo social é de baixo nível, recebe sua linguagem, sua gíria, o nome de *calão*. (LB, 23)

A incursão do autor pela terminologia dialetológica se encerra com a definição de *língua comum* (ou *coiné*). Na conceituação elaborada por Chaves de Melo, ressalta-se, além da necessária abrangência da língua comum, o caráter essencialmente conservador dessa variante linguística:

Enquanto que dialeto é um modismo regional da língua, de uso restrito, enquanto que as *gírias* são variantes *grupais*, de emprêgo reservado aos componentes do grupo, a *língua comum* é instrumento geral de comunicação, a todos inteligível, a todos dirigido, destinando-se a qualquer região, em qualquer tempo.

É supra-regional e acrônica.

Porque a *língua comum*⁶ se endereça a todos os indivíduos, de tôdas as regiões e de todos os grupos, aos homens de hoje e aos homens de amanhã, tem de ser clara, regulamentada, conservadora. (LB, p. 25)

A consciência dialetológica do autor, expressa por meio do empenho em articular um referencial concernente à Dialetologia, manifesta-se cabalmente quando Chaves de Melo direciona um apelo aos linguistas brasileiros intelectualmente engajados àquela altura: que se dedicassem à sistematização da pesquisa dialetológica no âmbito nacional e à fundação de um Instituto de Dialetologia no Brasil. Solicita Melo:

⁶ Exponha-se que, embora reconheça a existência dessa *língua comum*, Melo não recorre a ela para ilustrar o bom uso da língua. É a partir dos exemplos extraídos da língua literária – definida pelo filólogo como a *estilização da coiné* – que o autor constrói o seu discurso acerca da norma-padrão.

[...] faço aqui um apêlo, secundando a outros estudiosos que vieram na minha frente: urge organizarem-se no Brasil todo pesquisas sistemáticas de dialetologia. [...]

E, também, já era tempo de se fundar entre nós um Instituto de Dialetologia, com sua revista ou anuário, instituto êsse que orientaria as pesquisas, forneceria instruções, solucionaria dificuldades, estimularia os trabalhos e publicaria os informes. (LB, p. 78)

2. *Utilização de um cabedal linguístico*

No capítulo “Língua e estilo”, Melo utiliza-se de um aparato conceptual para reiterar a afirmação de que *não há uma língua brasileira*.

Para tratar de uma questão dialetológica – a existência de propriedades linguísticas que alçariam ou não a variante brasileira à condição de *língua* – o autor recorre, primordialmente, à dicotomia saussuriana *langue X parole*, da qual se vale para distinguir *língua* e *estilo*:

A distinção entre *língua* e *estilo* se funda na clássica dicotomia estabelecida pelo grande Saussure — *langue* e *parole*. [...]

Note-se bem: a *língua* é um fato social, é o sistema de sons, de estruturas vocabulares e relações, que está na consciência ou no subconsciente de todos os membros da comunidade lingüística. [...]

Agora, quando a pessoa fala, põe em execução essa língua, êsse material lingüístico, *escolhendo, selecionando e inovando*. (LB, p. 108)

Melo focaliza, em seguida, o caráter individual do *discurso*, igualando-o conceitualmente a *estilo*:

[...] a *palavra* é o uso individual da língua.

Ora, nesse uso individual da língua, no *discurso*, entra tãda a personalidade do indivíduo: a inteligência, a vontade, a imaginação, o temperamento, o gôsto, a educação, a sensibilidade, a afetividade, a emoção, a paixão, o senso estético. Numa palavra, o *discurso* é o *estilo* [...]. O *discurso*, o *estilo* é acima de tudo uma obra de arte, e nisso estamos com o grande linguista VOSSLER. (LB, p. 108)

A menção direta a Vossler, instaurada no fragmento acima, demonstra o vínculo da elaboração metalinguística de Melo ao idealismo vossleriano. As proposições do linguista alemão constituem um conjunto de reflexões que podem ser agrupadas sob a denominação de *psicoidealismo*. Para Vossler (1943), a recorrência a elementos da Psicologia consiste num instrumento para aprimorar a análise linguística.

Em contraposição aos autores que focalizavam o caráter social da língua, o teórico alemão concentra no uso individual a investigação das realizações linguísticas. Vossler (*op. cit.*) identifica a utilização das formas linguísticas a uma atitude individual do falante e, desse

modo, estabelece um laço indissolúvel entre o estudo da língua e a perscrutação da *psiqué* do indivíduo.

O psicologismo do linguista assume aspecto de um *psicoidealismo* a partir do instante em que se institui um *ideal*⁷ de usuário da língua, em cujas formulações se deveria concentrar a perscrutação linguística: o literato. Ao idealizar o usuário, Vossler (*op. cit.*) termina por idealizar o *uso*, descrevendo o texto literário como o espaço de manifestação das criações linguísticas do indivíduo.

Assim, sob a ótica vossleriana, nessas criações individuais assenta o estilo. Adotando como argumento essa *individualidade* do estilo, Melo assevera que, no interior de um sistema linguístico, podem existir diferentes *estilos nacionais*, diferentes usos linguísticos que reflitam distintos *modos de ser* dos falantes de cada país. Observe-se o fragmento abaixo:

Do mesmo modo que há um estilo individual, haverá um estilo nacional. Quer dizer: se existe um espírito nacional, um temperamento, um caráter, uma sensibilidade, um modo de ser nacional, também, por isso mesmo, existirá uma expressão lingüística que reflita êsse modo de ser, essa alma coletiva. Ao lado de uma língua nacional, há um estilo nacional. [...]
Mas na *mesma* língua, através da *mesma* língua, pode manifestar-se mais de um estilo nacional. (LB, p. 109)

A distinção entre língua e estilo, da qual se incumbe Chaves de Melo, é direcionada, finalmente, para o caso específico da *língua do Brasil*, para o qual se volta resolutivamente o autor, afirmando que existem um *sistema gramatical* português e um *modo de expressão* brasileiro. Dessa afirmação, depreende-se a proposição essencial do filólogo: no Brasil, verificam-se *língua* portuguesa e *estilo* brasileiro. Assevera Melo:

E precisamente êsse conceito de “estilo nacional” tem justíssima aplicação no caso da língua do Brasil. Nada impede que nós tenhamos *língua* portuguesa e *estilo* brasileiro. Isto é, um sistema gramatical português, o mesmo que se encontra em Camões, Vieira, Bernardes, Herculano, Garrett, etc., e um modo de *expressão*, uma *escolha* no material lingüístico e algumas criações, que melhor se ajustem e que correspondam ao espírito, à alma, ao temperamento, à sensibilidade brasileira. (LB, p. 109)

Essa distinção entre sistema gramatical e escolha lexical, estabelecida por Chaves de Melo, é aprofundada pelo autor, a fim de que melhor se sustente sua proposição básica. Para alicerçá-la melhor, o filólogo expõe e define os termos *palavras lexicográficas* e *palavras gramaticais*, dos quais se utiliza para diferenciar os vocábulos que se relacionam com a

⁷ As raízes da noção de *idealismo* se encontram nas reflexões de Kant (2000), para quem a interpretação do mundo exterior se fundamenta em uma ação puramente subjetiva, a partir da qual avaliamos a qualidade das coisas externas tendo como base sentimentos intrínsecos à nossa individualidade.

nomenclatura dos que mantêm relação com a estrutura da língua. A essa diferenciação, destina-se a explanação abaixo:

Desde VENDRYES, se não estou enganado, se divide o acervo vocabular de uma língua em *palavras lexicográficas* e *palavras gramaticais*. As *lexicográficas* exprimem as *idéias* e dizem, portanto, à *nomenclatura*, enquanto que as *gramaticais* exprimem as *relações*, sendo, portanto, elementos de *estrutura*. [...]

Pois bem: o que caracteriza uma língua são as “palavras gramaticais” e não as “lexicográficas”, porque, como já salientei, são aquelas que dizem à *estrutura* do idioma. Quanto às “palavras lexicográficas”, o que nelas se relaciona com o *sistema* da língua são os *morfemas*, isto é, as desinências e terminações. (LB, p. 120)

A diferenciação instaurada pelo filólogo se arraiga numa distinção proposta por Joseph Vendryes. Para Vendryes (1921), os *semantemas* são os elementos nos quais se encontra o conteúdo significativo das palavras e os *morfemas* são as unidades por meio das quais as ideias se articulam linguisticamente. Nota-se, portanto, que esses correspondem às palavras gramaticais e aqueles são correlatos às palavras lexicográficas.

Após tecer considerações acerca dos dois gêneros vocabulares estabelecidos pelo linguista europeu, Melo direciona-as para a *questão da língua brasileira*, assumindo postura categórica ao afirmar que os morfemas presentes no português do Brasil são todos lusitanos:

Ora, aplicando estas considerações ao idioma nacional do Brasil, vemos que os morfemas dos nossos vocábulos são os mesmos que os da língua de Portugal: *chapéu-chapéus*, *pato-pata*, *razão-razões*, *homem-homenzarrão*, *falei-falaste-falou*, etc., etc., aqui e lá na outra banda do Atlântico. As palavras brasileiras que enriqueceram o tesouro vocabular da língua adquiriram tôdas morfemas portuguêsas: *capivara*, *capivaras*, *capivarinha*, *perereca*, *pererecas*, *pererecar*; etc., etc. (LB, p. 120-121)

Nessa pressuposta permanência dos morfemas portugueses baseia-se a réplica de Melo aos divulgadores da noção de “língua brasileira”. Com o propósito de os refutar, o filólogo argumenta que, se no *sistema* utilizado pelos falantes brasileiros não houve alteração dos morfemas e das palavras gramaticais, a língua usada no Brasil é o *português*, cuja *estrutura* não foi modificada. Afirma Chaves de Melo:

[...] no que tange aos *morfemas*, a língua continua *portuguêsa* aqui no Brasil, tendo-se apenas *enriquecido* com a aquisição de novos elementos de *nomenclatura*.

No que se refere às *palavras gramaticais*, não nos leva a outra conclusão o exame dos fatos. Realmente: conservamos e usamos as mesmas palavras gramaticais que em Portugal se conservam e se usam: mesmos demonstrativos, idênticos possessivos, mesmos pronomes pessoais, mesmos

relativos, mesmos numerais, mesmas preposições e conjunções, etc. (LB, p. 121)

Para chegar a esse argumento decisivo, Melo articula conceitos básicos da Linguística estruturalista, germinante no início do século XX. Tal articulação resulta num arcabouço teórico destinado à contestação da tese da “língua brasileira”.

A configuração do prescritivismo em *A língua do Brasil*

1. A prescrição linguística

A seleção ocorrida entre o sistema e a fala, entre o conjunto de possibilidades de que dispõe o falante e o ato linguístico consumado, é a *norma*. Nela, mantêm-se os valores, as expectativas, o conhecimento de mundo, enfim, o perfil social do falante. A posição intermediária da norma é exposta por Coseriu (1987, p. 72):

Num primeiro grau de formalização, [as] estruturas [linguísticas] são simplesmente normais e tradicionais na comunidade, constituem o que chamamos *norma*; mas, num plano de abstração mais alto, depreende-se delas mesmas uma série de elementos essenciais e indispensáveis de oposições funcionais: o que chamamos *sistema*. [...] Vale dizer que o *sistema* e a *norma* não são realidades autônomas e opostas ao falar e tampouco “aspectos do falar”, que é uma realidade unitária e homogênea, mas [...] abstrações que são elaboradas sobre a base da atividade linguística concreta, em relação com os modelos que utiliza.

Percebe-se que a norma consiste na *escolha social*, em uma opção dentre as inúmeras oferecidas pelo sistema. Ela é, com efeito, o *filtro social*⁸ que determina o modo como será organizada a produção linguística.

As inúmeras possibilidades oferecidas pelo sistema correspondem às diversas configurações da norma, que varia conforme os diversos contextos da vivência em sociedade. Observa Leite (*op. cit.*, p. 20): “[...] a norma decorre do uso adotado pelo corpo social, isso quer dizer que todo uso normalizado é mais ou menos perceptível em seus contextos”.

Nota-se, dessa maneira, que a cada uso linguístico subjaz uma norma. Rey (2001) denomina essa norma, aquela que rege toda formulação linguística estabelecida, de *norma objetiva*. Nela, fundamenta-se cada um dos vários produtos permitidos pelas estruturas linguísticas.

⁸ Esse termo foi empregado por Leite (2007).

Quando o usuário da língua busca a conservação de *uma* norma objetiva, manifestando uma oposição frontal a outras normas, instaura-se o *purismo*. No início do século passado, consoante expõe Leite (2006, p. 242), as vertentes puristas da metalinguagem brasileira convergiram para a busca da preservação da norma objetiva correspondente à tradição clássica do português:

[Na metalinguagem dirigida ao português do Brasil, no começo do século XX,] não se admitiam interferências de palavras estrangeiras, nem de palavras novas ou velhas. As palavras estrangeiras, especialmente francesas, representavam o perigo de transformar a língua, descaracterizá-la. As novas, desprestigiadas, eram negadas por desviarem a língua do caminho da perfeição. As velhas eram rechaçadas por fazerem parte de uma fase mais pobre da formação da língua. Enfim, tudo, no fundo, levava a um só caminho: preservar a tradição do português.

Nesse momento histórico, as vertentes puristas dos investigadores da língua, além de buscarem preservar a norma correspondente ao português clássico, propagam-na como *modelo* linguístico que deve prevalecer sobre as outras normas. Essa propagação, que identifica a atitude dos pesquisadores ao purismo, insere-se num plano mais amplo: o da prescrição linguística.

Desse modo, transita-se da tentativa de conservação para o procedimento de *correção*, a partir do qual se configura a *norma prescritiva*, conforme denomina Rey (*op. cit.*). À pluralidade inerente à norma objetiva, opõe-se a unilateralidade da norma prescritiva (ou *norma tradicional*), instituída para corrigir, para coibir os desvios de um modelo prestigioso de língua.

A prática da prescrição linguística – ou seja, o prescritivismo – baseia-se na contraposição do que *é* ao *como deve ser*. Ao praticá-la, o indivíduo ocupa-se em *regulamentar* a língua, isto é, em extrair do uso um parâmetro linguístico, do qual se origina a utilização *exemplar* da língua. A partir da *exemplaridade* de algumas formas linguísticas expostas por Gladstone Chaves de Melo, percebem-se indícios de prescritivismo em *A língua do Brasil*.

2. Aspectos de uma atitude prescritiva

Na obra em questão, cujo propósito dialetológico se faz nítido, a prescrição manifesta-se, essencialmente, de dois modos, que serão descritos a seguir.

a) A prescrição pelo critério da lógica

Em seu *Órganon*⁹, obra em que estabelece as bases da *lógica formal*, Aristóteles (*op. cit.*, p. 95) destinou especial atenção à organização linguística, em cuja análise focalizou o conceito de *relação*:

Voltemo-nos agora para a *relação*. Chamamos uma coisa de *relativa* quando desta se diz o que é por dependência de alguma outra coisa ou, se não, por estar relacionada a alguma coisa de alguma outra forma. Isto porque, de fato, quando chamamos uma coisa de *maior* com isso queremos dizer maior *do que alguma coisa*. Diz-se *o dobro* por este o ser *de alguma outra coisa* (o dobro significa dobro de alguma coisa). E isto se aplica a todos os termos semelhantes.

Fundamentando-se nessa noção de vinculação intrínseca entre os termos, o filósofo institui uma visão da língua como o conjunto de mecanismos com base nos quais se articula o pensamento. Direcionado por essa concepção, conforme ressalta Auroux (1996), Aristóteles volta-se para as relações racionais por meio das quais as unidades linguísticas *participam* na constituição da frase.

A partir da explanação do conceito de *relação*, o filósofo grego expôs a interdependência dos elementos linguísticos. Na descrição dessa dependência recíproca, segundo o Estagirita, consistiria o estudo linguístico, que deveria concentrar-se na apreensão das relações lógicas intrínsecas à língua. Tal procedimento analítico, conforme preconiza Aristóteles (*op. cit.*, p. 100), seria dirigido, inclusive, às relações que envolvem os dualismos linguísticos:

[...] é preciso examinar as relações entre afirmações e negações que expressam (afirmam ou negam) o possível e o não possível, o contingente e o não contingente, o impossível e o necessário – uma questão não isenta de dificuldades. Concedamos que essas expressões compostas contendo *é* e *não é* são mutuamente contraditórias. Se tomarmos, por exemplo, “O homem é”, [veremos que] “O homem não é” é o verdadeiro contraditório, e *não* (que o destaquemos) “O não-homem é”; ou se tomarmos “O homem é branco”, [teremos] “O homem não é branco”, e *não* “O homem é não branco” [...].

Ao focalizar esses dualismos, no estudo da língua, Aristóteles utiliza um procedimento inerente à sua interpretação filosófica do mundo. Trata-se da dialética aristotélica, no âmbito da qual os componentes do universo orgânico-social são interpretados de forma dualística, de modo que se demonstre a coexistência de uma *afirmação* e uma *negação*. Assim, como

⁹ Optou-se, neste trabalho, por utilizar a seguinte edição da obra: ARISTÓTELES. *Órganon*: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofisticas. Tradução de Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2005.

observa Baratin (s/d), o filósofo grego abstrai da análise linguística o caráter científico, qualificando-a como um exercício de *reflexão filosófica*.

A concepção logicista da língua, na qual se arraiga o exercício de *reflexão filosófica* proposto por Aristóteles, implica o estabelecimento de *um* modo de análise linguística, no qual se examinam os dados à luz da lógica inerente à elaboração linguística formal. Nesse modo de análise, reside uma noção de *correção*, a partir da qual as ocorrências que não se enquadram na organicidade lógica da língua são classificadas como *erradas*.

Por esse modo *prescritivo* de análise, o qual contrasta com a ótica científica da Dialetologia, deixa-se reger a investigação que Chaves de Melo destina a construções pertencentes à variação diastrática popular:

São [...] curiosos os fenômenos de deslocamento e aglutinação de fonemas, determinados pela vizinhança na frase. Assim, o caipira diz: “zóio” (olhos; de “os óio”), donde “zoiá” (olhar); “zareio” (arreios; de “os arreio”), “zome” (homem; de “os home”) — “eu fiquei zoiano, zoiano, mais num discubri nada”; “aquela casa tava cheia de zome”...
[...] acho [...] que tais *deformações* na língua portuguesa popular do Brasil se devem mais à influência africana que à tupi. [grifo nosso] (LB, p. 57)

O caráter *deformado* das construções arroladas pelo filólogo se origina da ausência dos mecanismos de concordância nominal, por intermédio dos quais se manifesta um aspecto *relacional* da língua. O vocábulo *deformações*, grifado na citação anterior, remete-nos à ideia de “anomalias”, de “irregularidades”, de “elementos linguísticos que fogem à *normalidade*”. Instaure-se, então, uma noção de *erro*, corroborada pelo emprego do termo *acidentes fonéticos*:

Cumpre salientar que alguns acidentes fonéticos, conquanto peculiares ao Brasil, representam na verdade continuação de certas tendências manifestadas esporadicamente na evolução da língua-tronco. Exemplifico com as formas verbais em *-sse* por *-ste*, que ocorrem na 2a. pessoa do pretérito perfeito, em Alagoas e Pernambuco (M. MARROQUIM, *A língua do Nordeste*, p. 116): *lovasse, devesse e partisse* por *louvaste ou louvastes, deveste ou devestes, partiste ou partistes*. (LB, p. 87)

Essa noção de *desvio* prevalece no estudo histórico que Melo destina ao processo de aquisição do português por índios e negros, durante a colonização do Brasil:

Descoberto o Brasil, para cá trouxeram os portugueses sua língua românica. Esta a princípio encontrou um forte rival no Tupi [...]. Mas então se deu um fato de capital importância na história das línguas: os indivíduos que tinham o Tupi como língua materna abandonaram-no e adotaram novo idioma. Naturalmente não puderam dominar todo o mecanismo e tôdas as subtilezas

dêste; antes, aprenderam-no mal, corrompendo-o com uma série de defeitos provenientes dos antigos hábitos lingüísticos.

[...]

O mesmo se deve dizer de outro elemento perturbador: o negro africano. Também êle entrou a falar mal o Português, desfigurando-o com a marca dos seus anteriores hábitos lingüísticos. (LB, p. 18)

Ao tratar especificamente da aproximação lingüístico-cultural entre o colonizador branco e o escravo negro, o autor destaca a redução das desinências portuguesas, à qual o falante negro, de um modo *deturpador*, teria procedido:

[...] O negro viveu longamente em contacto com o branco. Falou-lhe o idioma, como o diabo ajudou, naturalmente deturpando-o, desfigurando-o, alterando-lhe fonemas, modificando-lhe articulações, simplificando-lhe a morfologia, reduzindo-lhe desinências. (LB, p. 60)

Embora reconheça as relações estreitas que se estabeleceram entre negro e branco, Melo qualifica como *imperceptível* o influxo africano na língua *normal* e culta do Brasil:

De tudo se conclui que imperceptível foi a influência deixada pelos idiomas africanos na sintaxe da língua normal e culta do Brasil. Terão dêles ficado vestígios na sintaxe popular, dos quais o mais importante, como vimos, é a redução de flexões, que alterou o tipo de concordância. (LB, p. 70)

Quando concentra seu olhar analítico nos elementos tupis que se integraram ao léxico brasileiro, o filólogo realça o processo de *ajeitamento* desses elementos à “feição da língua portuguesa”, cujas estruturações fonética e morfológica teriam sido preservadas da influência tupi:

Estudando-se “culturalmente”, como fêz EUGÊNIO DE CASTRO, o vocabulário brasileiro de origem tupi, é que se percebe melhor como estamos diante de um fato de *estilo*. E essa convicção ficará reforçada, quando observarmos que os elementos tupis entrados no nosso léxico sofreram uma *adaptação*, quer dizer, ajeitaram-se à feição da *língua* portuguesa, aos *seus tipos fonéticos e morfológicos*, passando, não raro, por transformações tais que se tornaram irreconhecíveis, dando azo a múltiplas hipóteses etimológicas e decomposições morfológicas. (LB, p. 123)

O estudo *cultural* de Eugênio de Castro, ao qual Melo se refere explicitamente acima, comporta um levantamento dos termos indígenas que foram integrados ao português do Brasil. Ao contextualizar essa integração, o pesquisador empenha-se em descrever o uso daqueles termos na comunidade lingüística de origem, empenho em virtude do qual Melo atribui o qualificativo *cultural* ao estudo do autor. Explana Castro (1937, p. 245):

Como voz guarani é “tupoi” que, pela corrupção de “tipoi”, deu *tipoia*. Se significou em língua tembé alguma coisa que se assemelhasse a tanga, todavia só se propagou com intensidade maior para representar a vestimenta de algodão usada por mulheres indígenas, depois que tribus da nação guarani foram catechizadas pelos padres jesuitas das missões paraguaias.

Esses aspectos *culturais* são preteridos pelo filólogo, que verifica um *ajeitamento* dos elementos indígenas à língua portuguesa. A descrição desse *ajeitamento* permite observar-se que, ao analisar os componentes negros e indígenas do português do Brasil, Chaves de Melo atribui um caráter menos *deformador* ao influxo tupi.

A ideia de *deturpação* é retomada no fragmento em que o autor afirma serem observáveis em Portugal muitos elementos da língua popular do Brasil, fato que consistiria num argumento a mais para refutar a tese da “língua brasileira”:

[...] Creio que muitos leitores ficaram surpresos de verificar que se encontram em Portugal tantas formas populares no Brasil, as quais se diriam deturpações estranhas ao gênio e às tendências fonéticas da língua. Donde se vê que a “língua brasileira” é muito “portuguêsa” demais. (LB, p. 95)

A noção de *desvio*, em cuja esfera semântica o filólogo mantém os constituintes africanos e tupis do português do Brasil, manifesta-se textualmente quando Melo assevera que, paralelamente às simplificações da língua popular, existe a posição hegemônica da *língua-padrão*:

[...] Não há como negar a tendência indo-européia, mas estou que a simplificação [das flexões nominais e verbais] [...] não se deve a ela filiar. Porque é bem de ver que tal simplificação representa um *desvio* e não uma *evolução*, por assim dizer, orgânica.

[...] E tanto deve ser considerada um *desvio*, que, ao lado da língua popular simplificada, existe uma *língua-padrão* amplamente flexionada, *língua-padrão* essa que *continua a representar o ideal lingüístico da comunidade*. (LB, p. 83)

No fragmento acima, evidencia-se a assimilação da noção de *deriva*, instituída por Edward Sapir, para quem existe um ideal linguístico preponderante sobre os hábitos linguísticos dos indivíduos, direcionando-os à prática de uma norma tacitamente aceita.

No interior da prática dessa norma, manifestam-se indícios da ação dos falantes, a qual, algumas vezes, aparta-se da coesão intrínseca àquela norma. Quando ocorre esse afastamento, motivado pela ação de uma determinada comunidade linguística, instaura-se o que Sapir (1921) denomina de *deriva (drift)*, cujo efeito é a configuração de novos traços linguísticos, que passam a coexistir com o *ideal* predominante.

A deriva constitui, assim, um fato linguístico *específico*, que se desvia da língua-padrão e que produz uma *aparente* mudança na língua. Esse fato se mantém numa direção determinada, que pode ser identificada por meio do estudo histórico da língua, como declara Sapir (*op. cit.*).

Ao estudo histórico do português do Brasil, dedica-se Melo, para demonstrar que a redução flexional verificável no português consiste numa *deriva* do padrão brasileiro, ou seja, num *desvio* ocasionado pela ação de um certo grupo de falantes.

Consolidada a noção de *desvio*, o autor estabelece a necessidade de *correção*, atribuindo à escola a função de viabilizar um *reajustamento* linguístico:

Porque a redução de flexões na fala popular brasileira representa um *desvio* e não o termo de uma evolução, é ela passível de correção. E é na verdade o que acontece.

[...] à medida que se fôr disseminando, pelo nosso *hinterland*, a alfabetização, a instrução, as escolas, *é de esperar* que vão reaparecendo as flexões perdidas. Haverá um *reajustamento* linguístico, não por baixo mas por cima. (LB, p. 83-84)

No fragmento anterior, identificam-se duas noções a partir das quais emerge um embate conceptual na metalinguagem substantificada em *A língua do Brasil: evolução e correção*. A primeira é um conceito que Melo depreende das elucubrações de Joseph Meillet, para quem a Linguística deve eximir-se da exatidão intrínseca a ciências como a Física e a Química. Meillet (1936) reivindica uma terminologia peculiar para os estudos linguísticos, por meio da qual se possa expressar a própria maleabilidade da Linguística.

O reconhecimento dessa flexibilidade da Linguística é o primeiro passo para que o linguista efetive uma caracterização da ciência da linguagem, vinculando-a à Antropologia, ciência voltada para as manifestações da cultura. Ao instaurar essa vinculação, Meillet (*op. cit.*) situa a língua como um componente da cultura, no qual se imprimiria a mutabilidade inerente a todos os produtos culturais.

Após inserir a língua no rol das realizações mutáveis, o teórico torna latente a noção de *evolução*, quando estabelece a afirmação de que sobre as línguas incide a ação das civilizações. Daí se infere que as mudanças contínuas pelas quais passam as civilizações exercem efeitos sobre as línguas. Meillet (*op. cit.*) deixa transparecer, assim, a noção de *evolução linguística*.

Desse conceito de evolução¹⁰ – enraizado no caráter *social* da língua – utiliza-se Melo para dissertar sobre a constituição do português do Brasil. Entretanto, a utilização desse conceito colide com a postura prescritiva adotada pelo autor, a qual se manifesta por meio do emprego do termo *correção*.

Assim, ao cerne das reflexões que Chaves de Melo dirige ao português do Brasil, integra-se um conflito entre a consciência sociológica do autor (alimentada pelos ensinamentos de Meillet) e a atitude prescritiva que se arraiga na defesa de um *ideal* de língua (originário da assimilação de noções concernentes ao *psicoidealismo* de Vossler).

Ao se utilizar dos termos *correção* e *reajustamento linguístico*, Melo instaura, efetivamente, uma forma de prescrição, dirigida às variantes que contrariam a lógica da *organização* linguística. Entre essas variantes, incluem-se as reduções desinenciais verificáveis no português do Brasil, as quais o filólogo associa à influência africana. Na análise que o autor destina a tais reduções, o conflito supramencionado atinge o ápice, visto que nela Chaves de Melo, mesmo ciente das proposições de Meillet, declara *esperar* que tais reduções sejam dirimidas pela ação retificadora da escola:

Por mais que eu saiba perigosas e inconsistentes as profecias em matéria de evolução das línguas, e por mais lembrado que esteja da lição de MEILLET, que salienta bem que as leis lingüísticas só nos mostram *possibilidades* e nunca *necessidades*, — ousou, contudo, *esperar* que em futuro mais ou menos remoto, mercê da alfabetização e instrução generalizadas, bem como da ascensão social e cultural das classes inferiores, em futuro remoto, digo, venham a se atenuar sensivelmente e talvez até a desaparecer as marcas deixadas pelo negro escravo na morfologia da língua luso-brasileira. (LB, p. 72)

b) A prescrição pela retórica sarcástica

Ao dirigir um olhar analítico à *ironia*, recorrendo às elaborações conceptuais de V. Ehrich e G. Saile, Brait (1996, p. 78) assinala que esse elemento discursivo se baseia numa dissociação entre o que se apresenta no enunciado e o que se refere ao que está implícito:

É curioso observar que [...] V. Ehrich e G. Saile já haviam colocado a ironia, pela perspectiva pragmática, entre os atos de linguagem não-diretos, ou seja, como uma forma de ilocução. Para eles, a ironia, como ato de fala não-direto, repousa sobre uma dissociação entre aquilo que o enunciado manifesta, isto é, sentido literal, e a proposição visada, que diz respeito ao que está implícito.

¹⁰ Dessa evolução, proveniente do fato de que as transformações sociais geram transformações linguísticas, Melo distingue nitidamente o *desvio*, o afastamento da norma-padrão em virtude da ação de *um* grupo de usuários da língua.

Evidencia-se tal dissociação na seguinte passagem de *A língua do Brasil*:

[...] desde logo podemos perguntar: verificada a existência de grande distância entre a língua culta e a língua popular, qual a solução? Rebaixar a língua culta, trazê-la ao nível da popular, fazê-la participar das ondulações e variações desta? Ou, pelo contrário, procurar elevar o padrão de cultura do povo para que êle se exprima melhor ou, pelo menos, entenda com mais facilidade a língua literária? Parece que não pode haver duas respostas... Logo... (LB, p. 136)

A retórica sarcástica – ou seja, a *ironia* – origina-se do emprego da construção *parece que*, que possui a carga semântica de *dúvida*. Essa noção de *incerteza* está inteiramente dissociada da *certeza* com que se pode perceber qual das duas *soluções* propostas é a apropriada. A partir dessa dissociação entre a hesitação contida no enunciado “*Parece que não pode haver duas respostas*” e a convicção com que se pode identificar a *solução* adequada, estabelece-se a ironia.

Ao se consolidar essa desagregação entre *dúvida* enunciada e *certeza de resposta* implícita, põe-se em foco a segunda *solução* proposta, cujo caráter prescritivo se demonstra ao se observarem o uso da elocução “*exprimir-se melhor*” e a priorização do entendimento da *língua literária*, ou seja, da língua-padrão. Desse modo, nota-se que, no fragmento em análise, a ironia é um recurso para focalizar a formulação prescritiva, destinada a salvaguardar a *norma exemplar*.

Identifica-se a preconização dessa *norma*, também, na passagem a seguir, na qual se destacam formas linguísticas pertencentes à variante popular:

[A língua literária é] instrumento da cultura, da civilização de um povo.
Portanto, se nos quisermos manter à altura de gente civilizada, havemos de ter uma língua literária, *culta*, cujo aprendizado exija aplicação, método. Não há como fugir dessa condição. Se não, cairemos no plebeísmo. E então, qual das linguagens populares escolheremos para ser nosso instrumento de comunicação geral? [...] Qual será a forma preferível: *muié*, *muler*, *mulere*, *mulé* ou *mulhé*? *Pircuremo*, *precuremo* ou *percuramo*? *Os homi chegaro*, *chegarum* ou *chegô*? *Taha não*, *num tava não* ou *num tava*? (LB, p. 139)

No trecho acima, as perguntas assinaladas não consistem em perguntas que requerem respostas; elas constituem-se interrogações formuladas para realçar o aspecto *deturpado* dos componentes da língua popular.

Tal aspecto se opõe ao *primor* da língua literária, cuja instituição é descrita por Chaves de Melo como condição para que uma comunidade linguística alcance a civilidade. A oposição entre a *excelência* da língua literária e a *deficiência* das “linguagens populares”,

estabelecida por Melo, é a base para que se instaure um efeito antitético, a partir do qual a retórica sarcástica se consolida.

Considerações finais

Na primeira metade do século passado, o antagonismo nacionalistas X lusitanistas proveio de duas atitudes *passionais* integradas ao cerne da Filologia brasileira: o *amor* e o *ódio* destinados à noção de “língua do Brasil”. Compreendam-se, aqui, os dois termos nos respectivos significados de “inclinação” e de “aversão”, como nas elucubrações de São Tomás de Aquino, filósofo a quem recorre Brugger (1977, p. 311) para estabelecer uma conceituação de *paixão*:

Em sentido psicológico, paixão é a disposição da vida afetiva e apetitiva para reagir intensamente, ora irrompendo em forma brusca e explosiva e invadindo a alma (p. ex., um arrebatamento de ira), ora mantendo a vida psíquica sob sua jurisdição e serviço com tranquila tenacidade. [...] São Tomás de Aquino estabelece [...], como paixões fundamentais, o *amor* e o *ódio* (não devendo entender-se aqui estas palavras no sentido complexo hoje usual, mas somente no de “inclinação” ou “aversão”) [...].

É nesse contexto de conflito de *paixões* que o pesquisador Gladstone Chaves de Melo produz *A língua do Brasil*. Ao produzi-la, o autor demonstra sua integração à corrente de filólogos *lusitanistas*, os quais atingiram o prescritivismo, pois adotaram o procedimento de zelar pelo uso *correto* da língua. A adoção desse procedimento possui uma raiz nitidamente ideológica, visto que se relaciona ao propósito de conservar os laços linguístico-culturais entre Brasil e Portugal.

Ao se dedicar à demonstração dos vínculos existentes entre o português do Brasil e o de Portugal, Melo identifica nesses vínculos a norma *exemplar*, o patrimônio linguístico em torno do qual brasileiros e portugueses permanecem unidos. Quando se determina a corroborar a unidade linguística entre Brasil e Portugal, Chaves de Melo ultrapassa a elaboração metalinguística e pratica a defesa de uma convicção ideológica. Ao se empenhar nessa defesa, o filólogo estabelece uma tessitura epistemológica na qual *prescrever* excede *preconizar um modelo linguístico*, para adquirir sentido de *defender uma cultura exemplar*.

GOMES JR., Saul Cabral. Traces of prescriptivism in *A língua do Brasil*. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 192-210, 2016.

Abstract: *The aim of this article, inserted in the field of Linguistic Historiography, is to investigate the manifestations of prescriptivism in “A língua do Brasil”, the work with which Gladstone Chaves de Melo initiated his scientific production. The theoretical part of this study is based on the “retrospective horizon”, as established by Auroux (2006). The methodology is based on the theoretical studies by Swiggers (1984), who proposes focusing on different “points of view” in Linguistics. The research concludes that in “A língua do Brasil”, prescriptivism manifests itself in two ways: 1) logical criterion; 2) sarcastic rhetoric. This study concludes that, in Melo’s introductory work, he dedicated himself to defend one norm: the language that joins Brasil and Portugal.*

Keywords: *Linguistic Historiography. Norm. Prescription.*

Referências

ARISTÓTELES. **Órganon**: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofisticas. Tradução de Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2005.

AUROUX, S. **La philosophie du langage**. Paris: PUF, 1996.

_____. Les modes d'historicisation. In: _____. **Histoire, Epistémologie, Langage**, t. XXVIII, f. 1, 2006.

BARATIN, M. La constitution de la grammaire et de la dialectique. In: AUROUX, S. (Ed.). **Histoire des idées linguistiques** (Tome 1). Bruxelas: Pierre Mardaga Editeur, s/d.

BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

BRUGGER, W. **Dicionário de filosofia**. 3. ed. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: EPU, 1977.

CASTRO, E. **Geografia linguística e cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Gráfica Sauer, 1937.

COSERIU, E. Sistema, norma e fala. In: _____. **Teoria da linguagem e linguística geral**. Tradução de Agostinho Dias Carneiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

ELIA, S. **O problema da língua brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

KANT, E. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime**. Tradução de Vinicius de Figueiredo. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000.

LEITE, M. Q. **Metalinguagem e discurso**: a configuração do purismo brasileiro. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

_____. **A norma linguística**: conceito e características. Texto digitado. 2007.

MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale** (Tome II). Paris: Librairie C. Klincksieck, 1936.

MELO, G. C. **A língua do Brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

REY, A. Usos, julgamentos e prescrições linguísticas. In: BAGNO, M. (Org.). **Norma linguística**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

SAPIR, E. **Language**: an introduction to the study of speech. New York: Harcourt, Brace and Company, 1921.

SILVEIRA, S. **Lições de português**. 5. ed. Coimbra / Rio de Janeiro: Atlântida / Livros de Portugal, 1952.

SWIGGERS, P. La construction d'une théorie de l'historiographie de la linguistique: quelques réflexions méthodologiques. In: AUROUX, S. et al. (Ed.). **Matériaux pour une histoire des théories linguistiques**. Lille: Université de Lille III, 1984.

VENDRYES, J. **Le langage**: introduction linguistique à l'histoire. Paris: La Renaissance du Livre, 1921.

VOSSLER, K. **Filosofía del lenguaje**. Traducción y notas de Amado Alonso y Raimundo Lida. Buenos Aires: Editorial Losada, 1943.

Submetido em 10/04/2016

Aceito em 17/06/2016.